ISSN: 2358-8829

A PRÁXIS POLÍTICA CONSERVADORA NOS REGIMES NAZI-FASCISTAS: REFLEXOS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Maria Letícia Alves Beserra [1]
Iziane Silvestre Nobre[2]

INTRODUÇÃO

Este trabalho, resultado de um projeto de Iniciação Científica, objetiva refletir acerca da incidência de elementos nazi-fascistas para o corpo social brasileiro. A presente pesquisa, constitui como um recorte analítico que busca debater a práxis política e a correlação de forças existentes no período da década de 1930 marcada por grandes transformações políticas, económicas e sociais: Consolidação da crise hegemônica, insurgências populares em países latino-americanos, ascensão do governo Vargas.

Compreendemos, neste trabalho o termo Práxis como uma atividade consciente, transformadora e politizada pelo corpo social, e entendendo que nem toda práxis caminha numa direção revolucionária (Sousa Júnior, 2021), a correlação de forças existente no período da década de 30 sinalizou para modificações na legislação educacional brasileira que, apesar dos avanços, apontaram para o retorno de ideias conservadores, reflexo das transformações ocorridas internacionalmente (Saviani, 2013).

A análise crítica proposta nesta pesquisa, não só busca compreender a práxis política e social dos movimentos autoritários presentes na década de 1930, mas também contribuir para a identificação destes elementos e suas consequências para o corpo social brasileiro em especial para a esfera educacional, além de capacitar e informar aos indivíduos sobre este traço da história brasileira, muitas vezes ocultada e distorcida.

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu. Email: alves.leticia09@aluno.ifce.edu.br ;
[2] Professora de Pedagogia nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu. Doutora em Educação. Email: iziane.silvestre@ifce.edu.br ;

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

O presente trabalho é fruto de um projeto de iniciação científica desenvolvido a partir da disciplina de História da Educação ofertada aos alunos do primeiro semestre do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Iguatu. A pesquisa possui natureza qualitativa, pautada em uma análise teórica fundamentada no materialismo histórico-dialético.

A princípio, o estudo partiu da premissa de realizar um apanhado histórico das principais transformações ocorridas no exterior e suas relações com o contexto brasileiro no cenário vigente à década de 1930. Essa análise ocorreu por meio de uma revisão de literatura, através de pesquisas nas principais bases de dados, como a plataforma capes e google acadêmico, com as seguintes palavras-chave: Práxis Política Conservadora, Elementos Nazi-Fascistas, Estado Novo com o objetivo de mapear as transformações socioeconômicas e políticas em ascensão no exterior e identificar seus possíveis reflexos para a formação dos laços políticos brasileiros.

Após as buscas, realizamos uma seleção bibliográfica centrada na compreensão dos aspectos centrais das transformações com características conservadoras que estavam ocorrendo no Brasil. Desse modo, delimitamos um recorte espacial no cenário brasileiro, a fim de investigar estes aspectos conservadores e seus possíveis desdobramentos para a consolidação de ideias fascistas, bem como, suas incidências para as relações políticas, sociais e econômicas brasileiras. O estudo dedica-se, em especial, à investigação da presença dessa ideologia conservadora para o processo educacional da década de 1930, marcada por diversas reformas pedagógicas, entre as quais se destaca a reforma de Francisco Campos (1931) e a reforma de Gustavo Capanema (1942).

A partir disso, fundamentamos a pesquisa, com apoio teórico e histórico das obras “História das ideias pedagógicas no Brasil” de Dermeval Saviani; “História da Educação no Brasil” de Otaíza Romanelli; e “A Revolução Burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes, autores e obras que constituem como referências clássicas para a compreensão das transformações e reformas educacionais brasileiras. Mediante a leitura analítica destas fontes literárias, selecionamos passagens e ideias conceituais que

ISSN: 2358-8829

fundamentam a tese da presença de uma práxis política conservadora de caráter neofascista em ascensão na década de 1930.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sociedade brasileira no contexto da década de 1930

O nazi-fascismo caracteriza-se como um conjunto de ideias "contrarrevolucionárias dotados de disciplina militar e alas dedicadas a atividades violentas contra o movimento operário" (Rebuá, 2020, p.13).

Para identificarmos, de fato, a presença de elementos nazifascistas na educação brasileira durante o período do Estado Novo, é necessário compreender a ascensão do Governo Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, é fundamental realizar um paralelo entre as transformações sociais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo no exterior, com seus reflexos na sociedade brasileira, pois os laços políticos brasileiros foram fortemente influenciados por essas modificações externas.

É sabido que a década de 1930 correspondeu à um período da história brasileira marcada por uma série de transformações sociais, econômicas e políticas que ainda exercem influência na contemporaneidade. Diante desse cenário, destaca-se a situação em que muitos países europeus se encontravam após o fim da Primeira Guerra Mundial: um contexto marcado por instabilidade política, econômica e social. Essas turbulências agravaram um panorama que, posteriormente, seria profundamente impactado pela Grande Depressão decorrente de uma das crises do capitalismo, desencadeado pela quebra de valores de Nova York em 1929 (Romanelli, 1986).

Diante do desgaste econômico e político, o contexto vigente possibilitou a ascensão de movimentos totalitários: nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália. Assim, com o fortalecimento dessas forças políticas, o cenário da época progredia para outro quadro ainda mais conturbado, piorando as tensões advindas da crise de hegemonia entre EUA e URSS. Esse cenário internacional desestabilizado, refletiu, por sua vez, nos países latino-americanos. Insurgências e levantes populares ocorriam na Guatemala, Bolívia, Colômbia, Cuba, dentre outros. Em Cuba, a revolta popular possibilitou a mudança do regime cubano, passando a sofrer embargos políticos e econômicos dos EUA

No Brasil, havia um cenário caótico, pois enfrentava a passagem de um sistema oligárquico para uma república federativa e todo aquele contexto político do exterior

ISSN: 2358-8829

possibilitou a ascensão dos movimentos comunistas e anarquistas no seio da sociedade brasileira, aumentando as tensões advindas da luta de classes, entre os setores latifundiários, a burguesia brasileira e o proletariado. Assim, o último mandato oligárquico, sob governo de Washington Luiz, foi marcado por uma verdadeira instabilidade de forças no território nacional, em consequência desses fatores em outubro de 1930 instaura-se o golpe que leva Getúlio Vargas ao cargo de chefe do Governo Provisório.

A práxis política conservadora no brasil e o impacto para a educação

Para tanto, destaca-se neste momento da história brasileira, a forte influência de ideais tradicionalistas, pois como aponta Saviani (2013), Vargas era fortemente movido por ideais positivistas e defendia um plano governamental semelhante às organizações fundamentadas no facismo com classes sociais estagnadas (Saviani, 2013). A implantação desse discurso conservador e nacionalista refletirá principalmente para a educação que reproduzirá aspectos políticos e ideológicos vigente à época.

É válido mencionar que até a década de 1920, a educação não configurava-se como um campo profissional consolidado e gozava de pouco reconhecimento social (Saviani, 2013). Só houve uma modificação no sistema educacional brasileiro, quando ascendeu uma perspectiva progressista, impulsionada pela modernização industrial vivenciada pelo país. Neste processo, a burguesia brasileira tomou força com o objetivo de se aproximar diretamente do estado para organizar-se politicamente. (Fernandes, 1976).

As chamadas associações de classe: grupos organizados que representavam interesses econômicos em comum procuravam influenciar nas decisões estatais por meio de pressões externas ao governo para que o seu plano político beneficiasse os interesses desta classe social brasileira em desenvolvimento. Desse modo, a burguesia brasileira estabelecia vínculos diretos nos aspectos econômicos, sociais e políticos do país, ao passo que alegavam ser uma instituição revolucionária, nacionalista e democrática. É a partir deste contexto de ascensão capitalista que a educação passou a ocupar um lugar de maior relevância, sendo conhecida como um objeto de participação política e de fortalecimento de uma consciência cívica. (Saviani, 2013).

ISSN: 2358-8829

A difusão dessas concepções, caracterizou-se na implantação de reformas educacionais ao longo das primeiras décadas do século XX. Essas reformas educacionais são caracterizadas pelo uso da pedagogia como instrumento de propagação de ideologia política a serviço do Estado. A educação deveria seguir os moldes do sistema pré-estabelecido: uniforme, nacionalista e militarista, não se tratava apenas de alfabetizar, a escola devia por finalidade incutir nas crianças o sentimento de nacionalidade e os princípios de disciplina e moral (Lorenz; Vechia, 2016).

Entre as reformas educacionais ocorridas no período, este trabalho dedica-se ao estudo, da Reforma Francisco Campos (1931) e da Reforma Gustavo Capanema (1942), por compreender que essas transformações contribuíram para a consolidação de um modelo educacional marcado pela centralização administrativa e pela valorização do nacionalismo como estratégia de formação do "novo homem brasileiro" (Lorenz; Vechia, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao direcionarmos nossos olhares para a esfera educacional, podemos encontrar passagens de um discurso tradicionalista que fomentam a tese da presença de uma práxis política com caráter conservador simpatizante com ideologias autoritárias. Destacamos, de início, a relação de subordinação da pedagogia brasileira às ideias do modelo político pré-estabelecido. Exemplo dessa subordinação é a introdução obrigatória de disciplinas voltadas para a educação moral e cívica. A escola deveria ter o objetivo de implantar o desejo de nacionalidade no aluno. Para isso, era necessário a adoção de um modelo educacional de caráter conservador, contra os ideais defendidos pelo movimento Escola Nova e propulsor de uma atuação elitista de controle ideológico sobre o Estado (Barros, 2018).

A Reforma Francisco Campos, instaurada em 1931, seguirá fortemente este desejo nacionalista, tanto que deixará muito claro que o Estado era um zeloso provedor da educação das elites em detrimento das classes menos abastadas. Para Romanelli, as medidas pedagógicas adotadas por Francisco Campos foram um reflexo de seu pensamento político: para um Estado homogêneo e centralizado, havia a necessidade de uma política educacional patriótica a serviço da Nação.

Para Campos, a escola deveria seguir os moldes nacionalistas e militaristas e isto só seria possível através da recuperação dos valores pátrios perdidos, resgate que

ISSN: 2358-8829

ocorreria em virtude da implantação do ensino religioso obrigatório nas escolas brasileiras (Saviani, 2013). O estabelecimento dessa medida resultou em conflitos entre aqueles que se posicionavam contra a instauração do ensino conservador e aqueles que apoiavam fortemente a causa (Saviani, 2013).

Esses conflitos serão travados pela tríade do movimento escolanovista: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Movimento que se destacava pela defesa de uma educação pública e acessível a todas as classes sociais. Do outro lado do espectro, os intelectuais católicos representados por Alceu Amoroso de Lima, defendiam a implantação do ensino religioso e denominavam o pensamento escolanovista como anticristã e antinacional, além de considerá-lo uma forma de absolutismo pedagógico propulsor de princípios comunistas. (Saviani, 2013).

Como forma de combater a ascensão comunista nas escolas e universidades públicas brasileiras, líderes católicos elaboraram um plano de ação voltado à denúncia de universidades públicas e instituições escolares vinculadas às ideias renovadoras, alegando que nelas estaria ocorrendo a implantação de princípios comunistas e que era necessário combatê-lo de todos os campos da atividade social, pois julgavam, o marxismo como meio principal de contaminar a mocidade para atuar em golpes maiores que o comunismo premeditava (Saviani,2013). Como resultado, representantes católicos fundaram a Confederação Nacional Católica Brasileira e posteriormente a Liga Eleitoral Católica, instituições com o objetivo de combater laicização do ensino, pois defendiam que "a educação não pode deixar de ser religiosa, a escola leiga, que, por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar" (França, 1931 p. 25, apud Saviani, 2013 p. 257).

Esse ideário conservador, defendido pelos grupos católicos e nacionalistas durante os debates educacionais das décadas de 1920 e 1930, encontrou respaldo nas políticas educacionais implementadas durante o Estado Novo. Nesse contexto, a reforma Gustavo Capanema, instaurada em 1942, representou a consolidação de um projeto educacional fortemente influenciado pelos princípios do autoritarismo e da moral cristã. Para Capanema, a educação não podia ser neutra, ela deveria educar a infância e a juventude dentro da doutrina do Estado Novo, para isso era necessário a ressignificação de um plano pedagógico voltado exclusivamente para a difusão dos valores pátrios (Lorenz; Vechia, 2016).

ISSN: 2358-8829

Esses valores foram implantados nas escolas brasileiras, a partir da criação de cartilhas destinadas a inculcação da ideologia do Estado Novo e à exaltação de Vargas: O Brasil é Bom (1938), O catecismo Cívico (1938), Getúlio Vargas: o amigo das crianças (1940). O conteúdo contido nessas cartilhas deveria contemplar os aspectos da nova organização brasileira e servir de meio para a identificação dos inimigos da nação: organizações comunistas ou qualquer outra ideologia que se consolidasse contra os valores da pátria.

Outro aspecto que configura como resultado da práxis política conservadora na educação do Estado Novo, é a homogeneização das escolas brasileiras. É de conhecimento que as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por uma intensa imigração de povos estrangeiros para o território nacional (Quadros, 2024). Como forma de expandir os valores nacionais para esses indivíduos de origem não brasileira, era preciso o abrasileiramento desses povos para a exaltação do sentimento de brasilidade (Schwartzman 2000, apud Lorenz; Vechia, 2016) Nesse sentido, a elaboração de um calendário voltado exclusivamente para as comemorações de datas com caráter cívico se implantava no cotidiano brasileiro, aqui destacam-se a comemoração de datas voltadas para aclamação dos heróis nacionais, como o dia de Tiradentes, De Duque de Caxias, e do aniversário do presidente (Lorenz; Vechia, 2016).

Nas escolas, esses símbolos foram representados, na obrigatoriedade do canto orfeônico, de hinos e louvores à bandeira nacional como maneira de desenvolver os sentimentos patrióticos. Além disso, determinou-se que o ensino das disciplinas fosse ministrado exclusivamente em língua portuguesa por professores e diretores brasileiros natos, reforçando o ideal de nacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise histórica e das contribuições literárias absorvidas para a elaboração deste trabalho, é perceptível que a década de 1930 resultou em profundas transformações políticas, econômicas e educacionais no Brasil. A ascensão de uma práxis política conservadora, associada ao processo de industrialização do capital primitivo do país redefiniu os laços políticos brasileiros e refletiu efeitos para âmbitos sociais que se estendem para além daquele contexto histórico (Saviani, 2013).

A formação industrial heterogênea, em conjunto com os ideais autoritários do período, refletiu consequências também para o campo educacional. As tensões entre os

intelectuais da Igreja Católica, representados principalmente por Alceu Amoroso Lima, importante expoente da Liga Eleitoral Católica e os defensores das forças progressistas, representadas pela denominada tríade escolanovista: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, aumentavam gradualmente em virtude do anseio por projetos educacionais profundamente divergentes.

Tais disputas influenciaram significativamente as políticas educacionais brasileiras, tendo como um centro de formação que priorizava as regiões sul e sudeste em razão do processo de industrialização concentrado nesses espaços, enquanto outras regiões permaneciam à margem desse desenvolvimento. Além disso, fortaleceram-se propostas voltadas para o ensino religioso e para a difusão dos ideais católicos, fundamentados em uma concepção de família tradicional e em valores que contribuem para a manutenção de hierarquias sociais historicamente construídas (Saviani, 2013).

Assim, compreende-se que as transformações ocorridas na década de 1930 ultrapassam o âmbito econômico e político, influenciando diretamente a organização da educação brasileira e deixando marcas que ainda podem ser observadas nos debates contemporâneos acerca da sociedade, da educação e dos reflexos de políticas autoritárias que ainda encontram raízes no solo brasileiros

Palavras-chave: Práxis Política Conservadora; Elementos Nazi-Fascistas, Estado Novo, Educação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Fernanda. Aspectos gerais do ensino secundário em Goiás 1925-1930. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. 00, p. e021005, 2021. DOI: 10.30612/eduf.v11i00.8315. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/8315. Acesso em: 29 ago. 2026.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LORENZ, K. M. VECHIA, A. **A educação a serviço do Estado Novo no Brasil (1937-1945): políticas e práticas educativas**. In: congresso luso-brasileiro de história da educação, 11., 2016, Porto, Portugal. *Anais [...]*. 2016. Disponível em: https://digitalcommons.sacredheart.edu/. Acesso em: 28 ago. 2026.

QUADROS, R. S. MACHADO, M. C. G. Gustavo Capanema: a organização do ensino primário brasileiro no período de 1934-1945. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024.

REBUÁ, Eduardo *et al*. **Neofascismo e Educação**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUSA JUNIOR, Justino. **Práxis, ontologia e formação humana**. Editora Lisbon international press, Lisboa-Portugal, 2021.